

A dívida

Os últimos dados do Banco Central permitem ver que a dívida pública interna cresceu mais de 26% nos últimos doze meses, significando que não foram efetivas as políticas implementadas para re-frear seu crescimento. Ela continuou crescendo até mesmo durante o Plano Verão, quando se anunciou que, afinal, estava erradicado esse problema da vida pública do País.

O tamanho da dívida, entretanto, não é ainda aquilo que preocupa a sociedade brasileira. O que preocupa é a capacidade do setor público de continuar a financiar-lá. Já há dúvidas consistentes a respeito desse aspecto crítico da questão. Quando o Governo esgotar sua capacidade de rolagem os títulos públicos não serão resgatados, irrompendo um incêndio no sistema financeiro e na economia do País.

O agravamento da situação pode ser mensurado pelo fato de que em maio o Governo teve de lançar mão de 400 milhões de cruzados novos da receita fiscal para complementar a emissão de 1,9 bilhão em títulos públicos, perfazendo o total de 2,3 bilhões de cruzados novos correspondentes ao valor da rolagem no período. O saque à conta dos recursos fiscais importou em adiamento de despesas e de investimentos, muitos dos quais essenciais. O País está paralisado no crescimento econômico por falta de investimentos e, pior ainda, está há alguns anos totalmente ausente do processo mundial de renovação tecnológica. Em poucos anos, no futuro, teremos sucateado o mais moderno parque industrial da

América Latina, aquele que o Brasil construiu nas últimas três décadas. Este é o lado mais perturbador da crise que estamos vivendo e para a qual a liderança política ainda não acordou.

Compreendemos as dificuldades de implementação de um programa de ajuste fiscal baseado apenas em administração de caixa, como tem sido tentado. Medidas na área de pessoal, conquanto ainda possíveis, acham-se significativamente reduzidas por força do engessamento constitucional da situação existente; o programa de investimentos do setor público está paralisado e estatais importantes, como a Petrobrás, já apresentam sinais de cansaço. Há, porém, um caminho que pode ser seguido, não para eliminar a dívida mas, pelo menos, para impedir que recursos fiscais sejam desviados para a rolagem. Trata-se da alienação do patrimônio imobiliário do setor público — da União e dos Estados. O patrimônio não diretamente vinculado às suas atividades fins, isto é, o patrimônio ocioso, pode perfeitamente ser repassado ao mercado sem perda qualitativa alguma, para o desempenho do Governo. Também o patrimônio mobiliário pode ser significativamente reduzido, com a vantagem de, num e noutro caso, produzir-se o benefício adicional da redução do tamanho do setor público, que não paga impostos, em benefício de crescimento correspondente do setor privado, que os paga.

O atual Governo ainda tem este espaço para manobras. Poderia tentá-lo já.